

Apresentação

InSURgência nos Direitos na interseção com Gênero e Sexualidade

“InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais” chega ao terceiro volume de edição corrida e à primeira de 2017! Com isso, mantém a continuidade da produção intelectual crítica que insurge o campo jurídico para discutir, desde uma perspectiva interdisciplinar, temas que são fundamentais para a pesquisa em direitos e movimentos sociais.

Nesta edição, o tema do dossiê intitula-se “Direitos, Gênero e Sexualidade”, nome homônimo ao Grupo Temático (GT) do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), que há bastante tempo vem desenvolvendo uma profícua articulação de pesquisadoras e pesquisadores, além de militantes sociais, para o debate dos assuntos, cuja prova maior são os inúmeros trabalhos apresentados no GT durante as edições do Seminário Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais do IPDMS.

Porém, antes, as discussões presentes no dossiê são inauguradas pelo material contido no tópico “Diálogos insurgentes”, com duas entrevistas coletivas. A primeira, reunindo um grupo renomado de advogadas que discutem, num clima de roda de conversa, balanço histórico e atual das experiências de advocacia feminista no Brasil. Estas mulheres advogadas são Denise Dourado Dora, Leila Linhares Barsted, Myllena Calasans de Matos e Vera Lúcia Santana Araújo, e a entrevista é conduzida por Fabiana Cristina Severi. A segunda entrevista coletiva, volta-se à problematização das condições de vida e mobilização por direitos das mulheres negras, com base em entrevistas desenvolvidas com membros do coletivo *Anastácia Bantu*: Carolina Câmara

Pires, Luciana Fernandes Luz e Marianna Lopes, entrevistadas por Eder Fernandes Monica.

Quanto ao dossiê, a organização coube ao Prof. Dr. Eder Fernandes Monica (PPGSD/UFF), à Profa. Dra. Fabiana Cristina Severi (USP) e ao Prof. Dr. Roberto Efreim Filho, os dos primeiros também atuais coordenadores do GT de mesmo no do IPDMS, e o último ex-coordenador deste GT. No total, foram 15 trabalhos de autoras e autores brasileiros e estrangeiros, com uma diversidade regional e de gênero que demonstra a importância de um trabalho editorial consciente das desigualdades que o mundo acadêmico historicamente produziu, e ainda produz (ou que reproduz da sociedade), as quais nos cabem questionar ativamente na Revista e no IPDMS.

O dossiê apresentado nesta edição está organizado inicia com os trabalhos de autores e autoras internacionais, e depois se divide em duas linhas estruturais: a primeira, tratando de diversos assuntos relacionados à temática LGBTI, como as representações sociais de masculinidade e amor para travestis, políticas públicas de atendimento à população LGBTI, os cenários de violência, e os dilemas e desafios da normatização e do tratamento judicial ao tema e seus sujeitos; na segunda, voltada a diferentes problematizações e análises sobre o tema de gênero, com textos sobre diferentes manifestações de violência contra a mulher, também outros trabalhos sobre acesso à justiça, decisões judiciais, empoderamento da mulher e literatura de gênero.

A seção “Práxis da Libertação” tem uma conexão direta com o tema do dossiê, apresentando, nesta edição, dois documentos históricos e três mais atuais para o debate sobre as lutas sociais para o avanço dos direitos nos campos de gênero e sexualidade: a primeira edição do jornal *Lampião da Esquina*, de 1978, o primeiro do jornalismo brasileiro dedicado à diversidade sexual; a Carta das Mulheres à Constituinte de 1987/1988, elaborada pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres; o documento síntese da Marcha das Mulheres Negras, no evento ocorrido em 2015; a Carta de uma Transexual a Michel Temer, escrita por Lana de Holanda Jones, em 2016; e, a Carta da Diversidade, elaborada em 2017 por diversas organizações, dentre as quais a Aliança Nacional LGBTI, em que apresenta a Plataforma Nacional dos Direitos

Humanos e de Cidadania das Pessoas LGBTI+ na Agenda Legislativa e de Litigância Estratégica.

Os primeiros dois documentos têm um peso histórico relevante nos debates sobre a visibilidade pública da temática da diversidade sexual, com base num jornalismo crítico, e na mobilização social das mulheres para protagonizar a incidência política no período de vigência da Assembleia Constituinte que decidiu o texto normativo da Constituição Federal de 1988. Sem dúvida, são referenciais que hoje, sobretudo, precisam ser lembradas e valorizadas para garantir a memória das lutas protagonizadas pelas e pelos militantes, movimentos sociais e profissionais, muitas e muitos dentro das trincheiras do campo jurídico.

Os outros três documentos procuram atualizar as demandas e as estratégias de mobilização social no período concomitante e posterior ao golpe político impetrado por Michel Temer e seus apoiadores nos âmbitos políticos, midiáticos e judiciais. São documentos que tornam visíveis o esforço de militantes e movimentos sociais por resistir ao período crítico de retrocesso social delineado pelo Congresso Nacional extremamente conservador, pelo governo ilegítimo de Michel Temer, mas, sobretudo, pelo avanço das condutas e crimes de ódio na sociedade brasileira, que tem nas mulheres e na população LGBTI algumas de suas principais vítimas.

Para finalizar as conexões entre seções da Revista sobre o tema “Direitos, Gênero e Sexualidade”, tem-se a seção “Poéticas Políticas”, com a criativa e provocativa poesia “Mulherem-se”, de Clara Welma Florentino e Silva, em que a autora dialoga criticamente com a música “Mulheres de Atenas”, de Chico Buarque, para rediscutir a visão universalizante e restrita com que as mulheres são representadas na sociedade; e, a poesia “O serviço deles”, de Fabio Weintraub, discutindo os sentimentos e as impressões sobre as violências sofridas pelas pessoas.

Nas outras três seções da Revista, tem-se: na seção “Em defesa da pesquisa”, artigo de Dailor Sartori Júnior analisando as múltiplas violências cometidas aos povos indígenas no Brasil como crimes atrozes e de etnocídio, isto para reforçar a proteção jurídica aos po-

vos indígenas e a responsabilização dos agentes envolvidos; na seção “Temas geradores”, o trabalho de Lara Regitz Montenegro apontando os limites da participação social na gestão do Sistema Nacional de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos, sobretudo quanto às relações desiguais de poder-saber no âmbito dos conselhos setoriais do setor e os desafios para a governança compartilhada das águas.

Assim, fechamos mais uma edição, cientes de que o caminho é longo e a estrada (cada vez mais) tortuosa. Não nos cabe desistir, apenas o direito inabalável de resistir de todas as formas possíveis aos retrocessos sociais e de persistir na esperança militante do avanço de direitos, da luta social como a melhor estratégia política e na produção de conhecimentos críticos que sirvam de subsídios para a transformação nas práticas e relações sociais, sobretudo nas patriarcais e LGBTifóbicas searas jurídicas.

E continuemos a gritar: Fora Temer! Nenhum direito a menos!

Alexandre Bernardino Costa

Editor-chefe

Eder Fernandes Monica

Fabiana Cristina Severi

Roberto Efrem Filho

Coordenadoras/es do Dossiê

Assis da Costa Oliveira

Carolina Alves Vestena

Diego Augusto Diehl

Ricardo Prestes Pazzello

Talita Tatiana Dias Rampin

Comitê Editorial